

Governo não tem como agir

Brasília — Quem pretende formular uma denúncia sobre pagamento de ágio à Sunab será bem-vindo. Mas precisará ir munido de provas, porque até agora as delegacias estaduais receberam apenas “comentários” e nenhuma denúncia formal.

O próprio superintendente nacional de abastecimento, Eriksen Madsen, reconhece a incapacidade de atuar em casos de ágio, porque ambas as partes envolvidas têm interesse em manter a negociata em sigilo. Para ele, o ágio só existe porque há interesses entre quem pratica e quem paga o ágio.

Em caso de comprovação, a Sunab faz a autuação, encaminha a denúncia à Polícia Federal e envia o processo à Secretaria de Segurança Pública estadual para que o envolvido seja enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Até agora, a Sunab conseguiu comprovar uma negociata em revendedora de carros novos. O comprador se prontificou a pagar o ágio, avisou os fiscais e, na hora, a empresa foi autuada. Madsen não diz o nome da revendedora, porque o processo ainda está na Polícia Federal. Outras 15 empresas do ramo de venda de carros novos foram mencionadas como “cobradoras” de ágio, mas sem qualquer comprovação ou denúncia oficial.

Madsen não acredita que os aumentos nos preços dos produtos comercializados na base do ágio tenham qualquer influência no índice de inflação.

— Nestes casos, não se emite notas fiscais e não há qualquer registro de valores — alegou.